



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comunicação: 442/2025

Mandado de Garantia nº 614/2025

Impetrante: Barra Mansa Futebol Clube

Autoridade apontada como coatora: Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro – FFERJ

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Mandado de Garantia impetrado pelo Barra Mansa Futebol Clube, com pedido de medida liminar, visando à suspensão dos efeitos da RDI nº 36/25, pela qual a Presidência da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro determinou o afastamento da equipe do Campeonato Carioca Série B2/2025, em razão de indícios de manipulação de resultados apontados em relatório de integridade.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls.11 a 15;

Determinei a oitiva da Procuradoria a fls.19;

Manifestação do Procurador a fls.33 a 38

Notifiquei a autoridade coatora que teceu as considerações de fls. 40 a 123



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I – CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O MANDADO DE GARANTIA E SUAS HIPÓTESES DE DESCABIMENTO

O Mandado de Garantia, disciplinado pelos arts. 88 a 98 do CBJD, é instrumento voltado exclusivamente à proteção de direito líquido e certo, isto é, direito comprovado de imediato, por prova pré-constituída e sem qualquer necessidade de instrução adicional.

Seu rito célere e documental impede a apreciação de pedidos que envolvam:

- Análise de fatos ainda em investigação;
- Apuração técnica ou disciplinar;
- Necessidade de coleta de documentos, oitivas ou perícias;
- Repercussões que afetem a competição como um todo.

Além disso, o Mandado de Garantia não se presta à reconstrução da tabela, revisão de resultados, remarcação de partidas ou anulação de W.O., providências que demandam procedimento disciplinar próprio e instrução mais ampla.

Também não é cabível quando o ato impugnado decorre do poder regulamentar da entidade organizadora da competição, voltado à integridade, regularidade e segurança esportiva.

II – DOS REQUISITOS DO ART. 93 DO CBJD



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nos termos do art. 93 do CBJD, a concessão de liminar exige fumus boni iuris e periculum in mora, cumulativamente.

III – DA AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS

O Impetrante sustenta que o afastamento equivaleria à suspensão preventiva disciplinar, devendo observar o art. 35 do CBJD. Todavia, o ato questionado caracteriza-se como medida administrativa preventiva, não sancionatória, fundada no poder regulamentar da organizadora e no art. 23 do Regulamento Específico da Competição, voltada à proteção da lisura da disputa.

A natureza administrativa dessas medidas afasta, em análise preliminar, a alegação de violação a direito líquido e certo.

IV – DA INEXISTÊNCIA DE PERICULUM IN MORA EM FAVOR DO IMPETRANTE

O risco alegado pelo Impetrante não decorre diretamente do ato administrativo impugnado, mas do contexto de investigação em curso.

Por outro lado, a reintegração imediata de equipe sob apuração acarretaria risco inverso, incluindo:

- Comprometimento da integridade da competição;
- Prejuízo a outros clubes;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Ruptura da isonomia;
- Insegurança jurídica sobre partidas futuras;
- Risco de necessidade de anulações com impacto no calendário.

V – DA IMPOSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DE W.O. POR VIA MANDAMENTAL

A pretensão de anular W.O. e remarcar partidas envolve ato eminentemente disciplinar e demanda a verificação de circunstâncias fáticas, responsabilidades e eventuais consequências esportivas, o que exige instrução probatória adequada, com possibilidade de produção de documentos, oitivas e contraditório. Tais providências são estranhas ao rito célere e estritamente documental do Mandado de Garantia, que não admite dilação probatória nem comporta reexame de mérito disciplinar.

Além disso, a revisão de resultados e a recomposição da tabela dependem de procedimento próprio, sob pena de violação da segurança jurídica, da estabilidade da competição e da isonomia entre os participantes, razão pela qual não podem ser determinadas pela via mandamental.

VI – CONCLUSÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diante do exposto, não se verificam os requisitos do art. 93 do CBJD para concessão da medida liminar, razão pela qual, **INDEFIRO A LIMINAR** pleiteada pelo Impetrante.

Nomeio Relatora a Dra. Juliana de Siqueira Ferreira.

Inclua-se em pauta com urgência observando-se a preferência prevista no art. 97 do CBJD.

Publique-se.

Cumpra-se.

Dilson Neves Chagas

Presidente do TJD/RJ